



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

Edição Comemorativa

70 ANOS



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

José Ivo Sartori

Governador do Estado

Luiz Antônio Bins

Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

Contador e Auditor-Geral do Estado

Antônio Carlos Ferreira Kehrwald

Gilberto Fonseca Raymundo

Lorena Elisabete Dias da Silva

Subsecretários Adjuntos da CAGE

Sumário

Palavra do CAGE 7

A CAGE 9

Planejamento  14

Orientação, Controle Interno e Auditoria  18

Transparência e Controle Social  36

Pessoas  42

CONACI 50

70 anos da CAGE 52

Futuro 54

Palavra do CAGE



O Relatório de Atividades da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) tem como objetivo apresentar as informações relativas à atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2018. Tal medida proporciona transparência em torno da aplicação dos recursos públicos, das atividades realizadas e dos resultados alcançados.

Até então, tínhamos optado por manter a estrutura do relatório da forma como sempre foi feito, através dos anos, separando a publicação pelo trabalho de cada Divisão. Porém, tendo em vista a importância e a abrangência da nossa missão e a possibilidade de darmos ainda mais transparência e objetividade aos nossos resultados, nesta edição procuramos inovar, estruturando o relatório de uma forma diversa. Na verdade, são duas as “novidades” do Relatório 2018. A primeira na sua estrutura e a segunda na sua aparência.

O relatório foi separado em quatro grandes eixos principais: Planejamento; Orientação, Controle Interno e Auditoria; Transparência e Controle Social; e Pessoas. Logo na primeira parte, a publicação traz uma breve descrição histórica da CAGE, que este ano completou seu 70º aniversário, destacando os principais eventos ocorridos desde a sua criação, em 1948. Apresenta, ainda, as definições institucionais, possibilitando uma melhor compreensão da posição da CAGE na estrutura do Estado e sua composição interna.

No capítulo seguinte, está o Mapa Estratégico da CAGE, com a missão e a visão de futuro. Depois vem o eixo Orientação, com suas diversas subdivisões: normativos, custos/RS, prestação de contas, controle da Administração Direta e Indireta. No eixo Transparência e Controle Social, as realizações nessa área.

O próximo capítulo traz questões relacionadas aos recursos humanos, apresentando o quantitativo de pessoal disponível, as carreiras que atuam no órgão e as iniciativas adotadas para melhorar a qualificação, o aperfeiçoamento e a capacitação do quadro de servidores. O capítulo seguinte trata do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Uma outra parte aborda, ainda, as atividades e projetos desenvolvidos em comemoração aos 70 Anos da CAGE, celebrados oficialmente em 28 de dezembro. E, no capítulo final, uma visão de futuro e os desafios que 2019 traz para a área de controle.

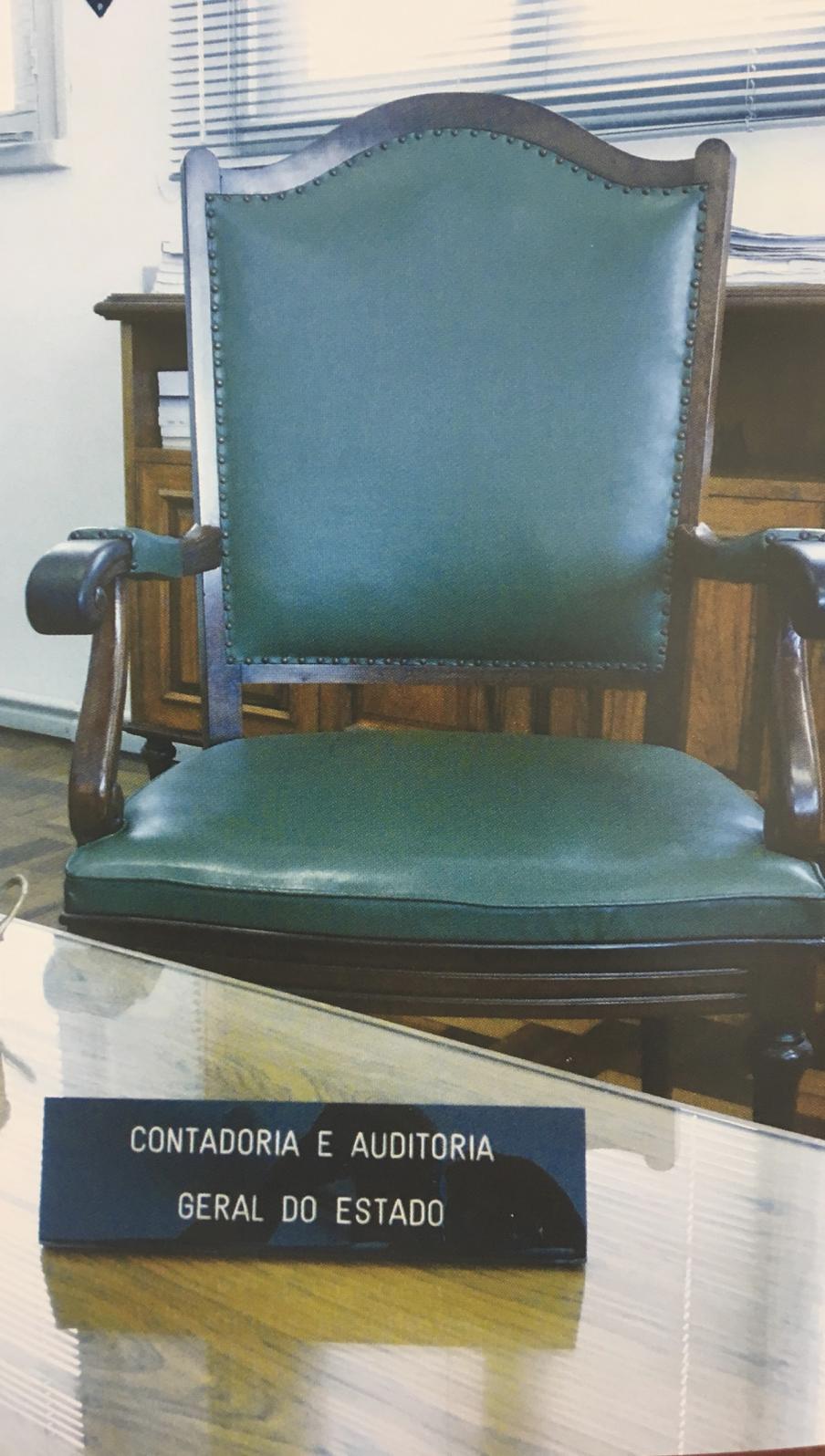
Por fim, esclarecemos que qualquer informação adicional que se fizer necessária poderá ser buscada através do endereço eletrônico cage@sefaz.rs.gov.br.

CAGE, cuidando do presente, orientando para o futuro!

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,
Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado.

A CAGE

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado é o órgão do sistema de controle interno do estado do Rio Grande do Sul, com funções institucionais junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. A CAGE desenvolve atividades nas áreas de Contabilidade e Auditoria, englobando a Administração Direta e Indireta do Estado.



CONTADORIA E AUDITORIA
GERAL DO ESTADO

1948

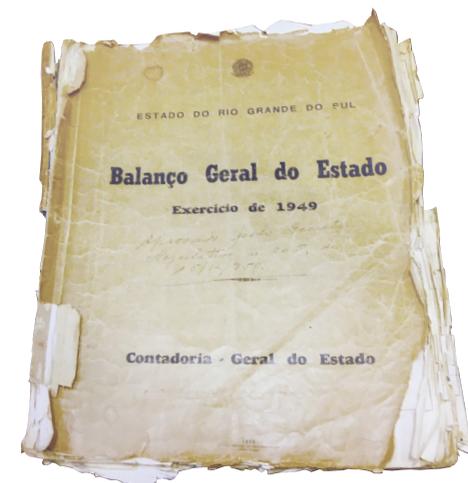
Nasce a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

Criada em 28 de dezembro de 1948, por meio da Lei nº 521, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (inicialmente chamada apenas de Contadoria-Geral do Estado) nasceu com o intuito de conferir maior agilidade e confiabilidade às informações contábeis, uniformizando procedimentos e harmonizando a atuação dos órgãos estaduais. Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria-Geral já exercia, à época, funções típicas de controle interno, como a colaboração com o Tribunal de Contas. Em pleno pós-guerra, o Brasil procurava se consolidar como uma democracia emergente, com instrumentos mais eficientes de controle sobre as contas públicas. Em 1949, a Lei nº 731 criou o quadro de pessoal da CAGE, que, na época, era composto por Contadores, Guarda-livros, Auxiliares de Contabilidade, entre outros.

1970

É criado o Sistema de Contabilidade e Auditoria do RS

Somente 22 anos depois, por meio do Decreto nº 20.193 de 1970, seria criado o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como órgão central justamente a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, passando a ser esta a nova denominação do órgão. Na mesma ocasião, foi institucionalizada a função de auditoria com a criação da Divisão de Auditoria.



1989

Constituição Estadual atribui responsabilidade à CAGE

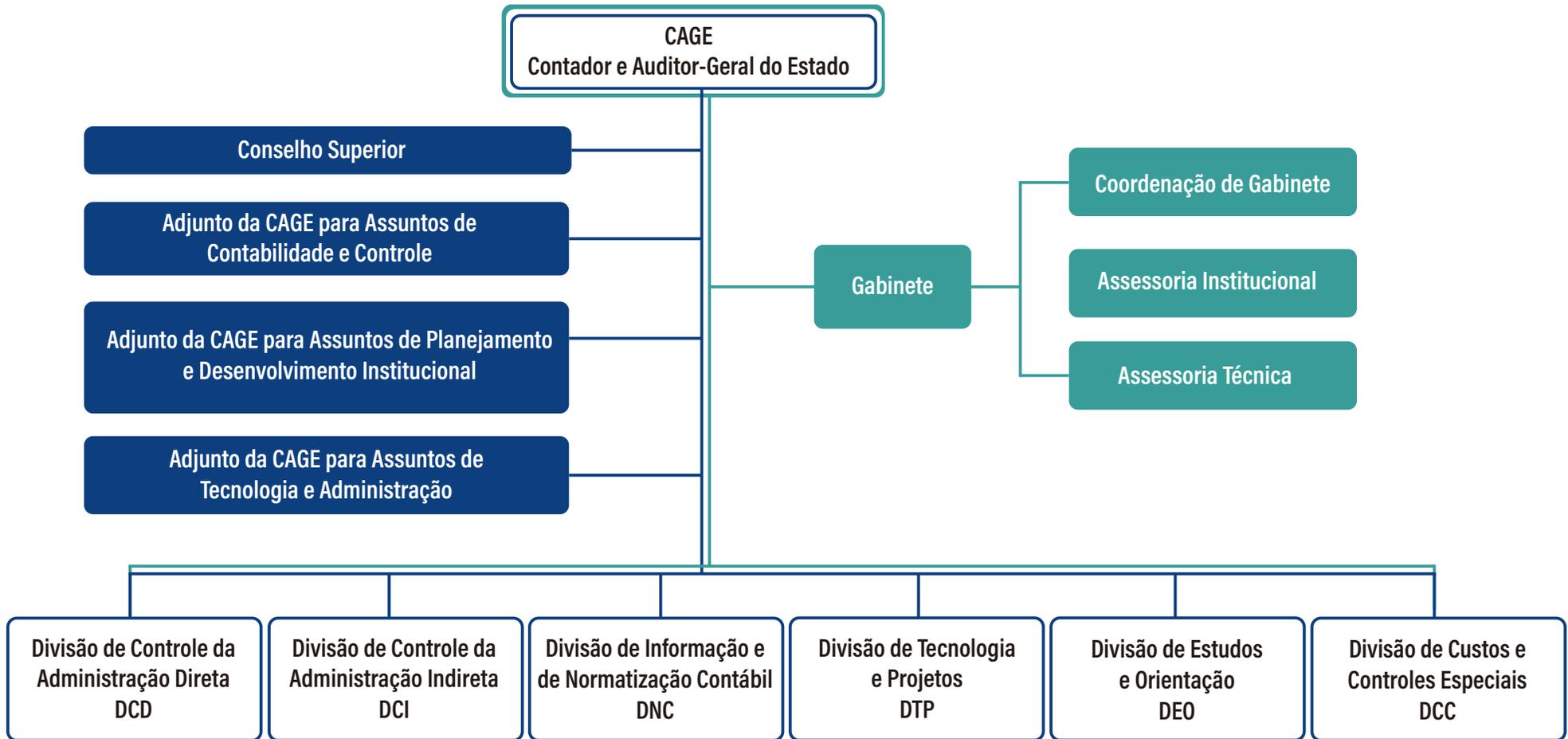
Mais 19 anos se passaram e, com a redemocratização do país, a Constituição Estadual, promulgada em 3 de outubro de 1989, atribuiu à CAGE a responsabilidade de coordenar o sistema de controle interno estadual, previsto em seu artigo 74. Determinou, ainda, que sua atuação se daria junto às unidades administrativas dos três Poderes Estaduais, o que é uma peculiaridade da Constituição gaúcha.

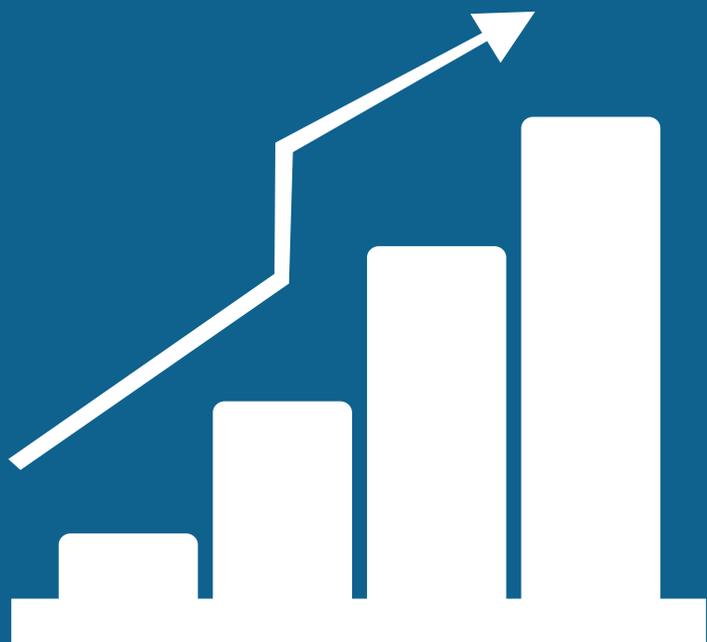
2010

É editada a Lei Orgânica da CAGE

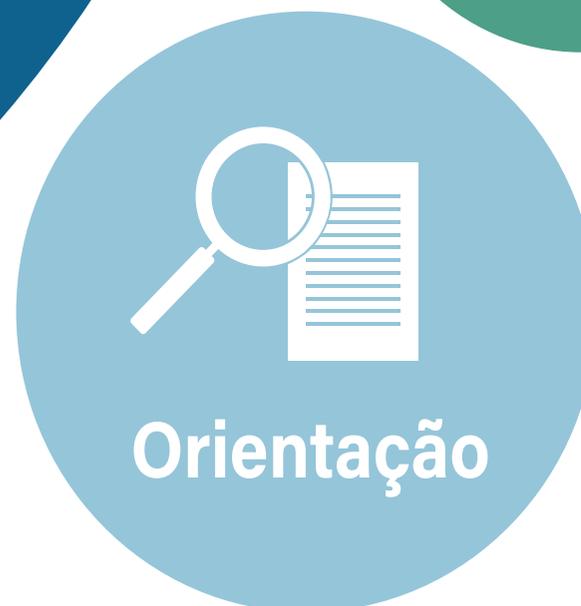
Em 2010, foi editada a Lei Complementar nº 13.451, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A norma trata das funções institucionais e da organização, além de abordar detalhes sobre a carreira de Auditor do Estado. Esse arcabouço legal e um constante compromisso de seu corpo técnico em atuar proativamente na orientação e fiscalização aos gestores, bem como em suas demais atribuições, é o que transformou a CAGE, hoje, em referência para o país na área do controle interno.

Na estrutura organizacional do Estado, a CAGE integra a Secretaria da Fazenda, sendo uma de suas três Subsecretarias. A CAGE é dirigida pelo Contador e Auditor-Geral do Estado, auxiliado por seus Adjuntos. Compõem o órgão seis Divisões que atuam nas diversas competências atribuídas à CAGE.





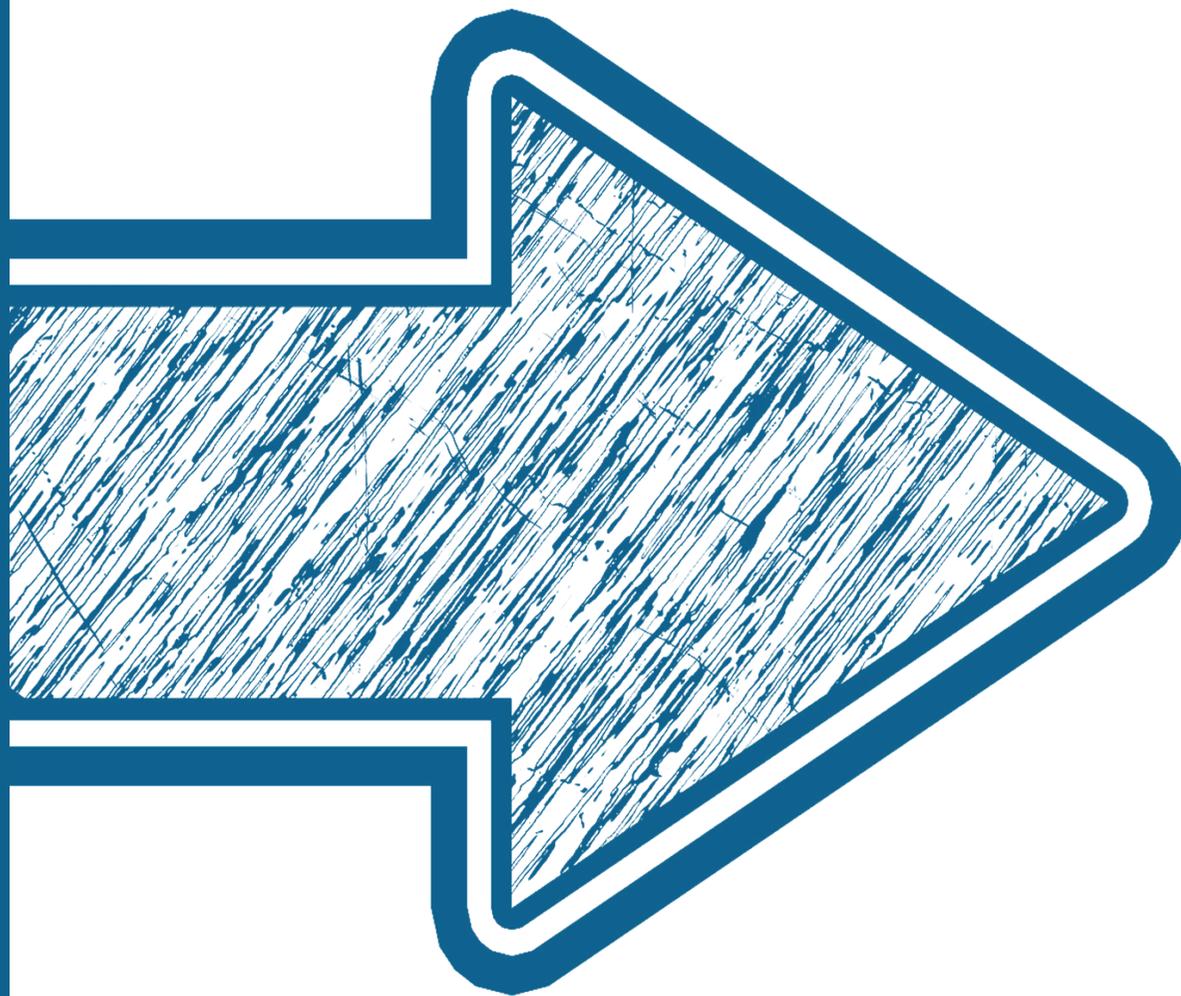
Planejamento

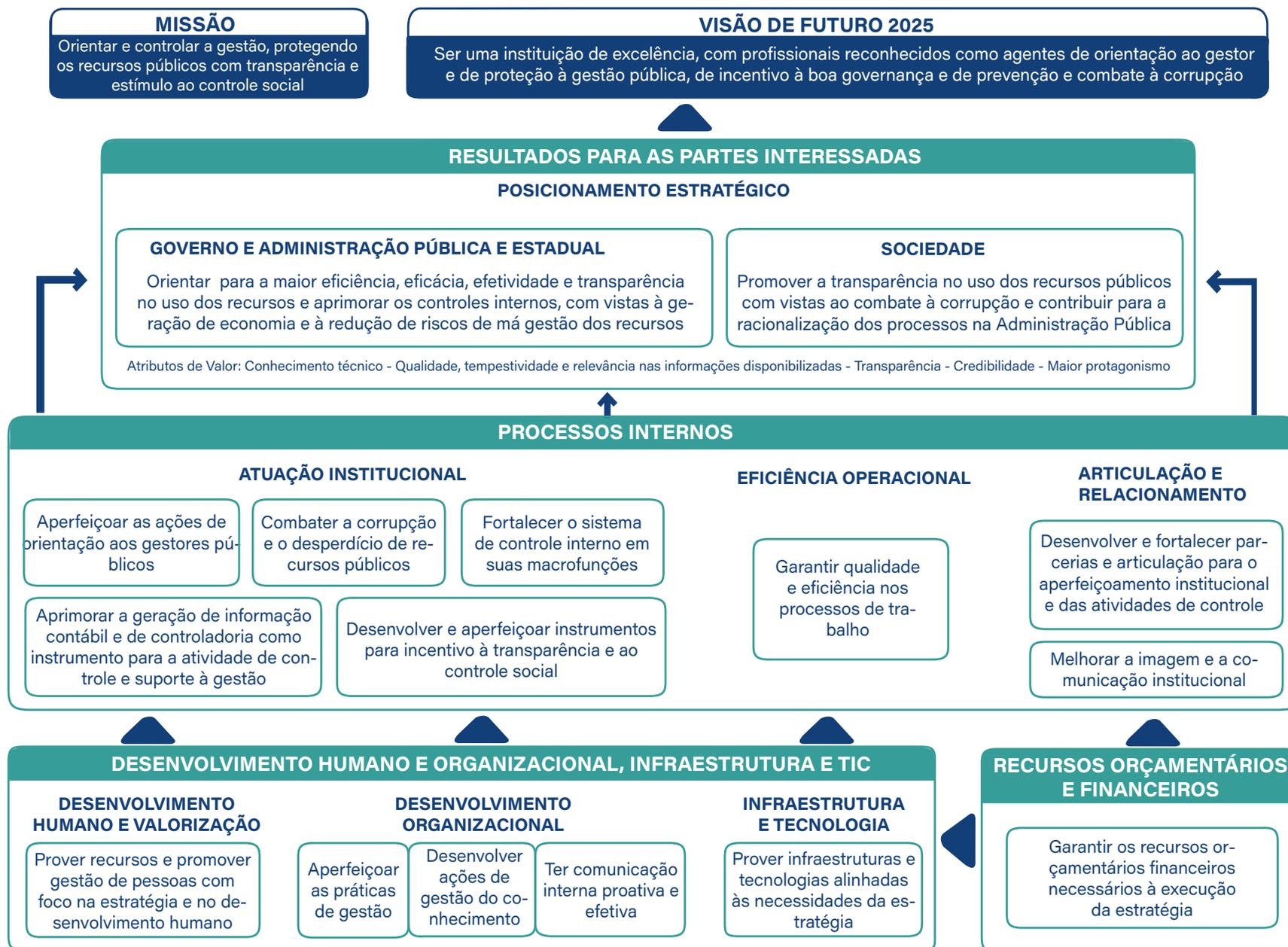


Mapa estratégico

A CAGE elaborou seu **Planejamento Estratégico** para o período de 2016 a 2019 com base no método **Balanced Score Card** (BSC), que consolida a estratégia institucional em um **Mapa Estratégico**.

O Mapa contempla a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos do órgão, guiando suas atividades.







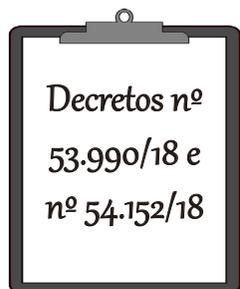
Orientação, Controle Interno e Auditoria



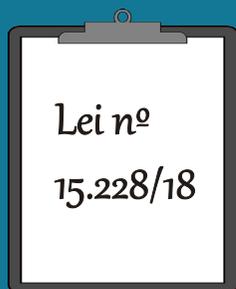
Normativos

A CAGE, por meio de sua Divisão de Estudos e Orientação (DEO), participa ativamente da elaboração de normativos que auxiliam na orientação, gestão e controle das atividades do Estado. No ano de 2018, destacam-se:

Participação da DEO em 9 Grupos de Trabalho relacionados à legislação, nos quais é discutida a estruturação de atos normativos em conjunto com outros órgãos do Governo Estadual.



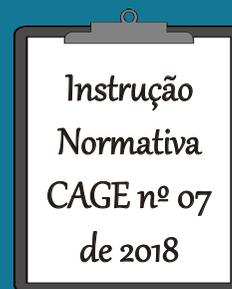
Alteram o Decreto nº 36.888/96, que regula a Lei nº 10.697/96, a qual autoriza a criação do CADIN/RS - Cadastro Informativo de pendências perante órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.



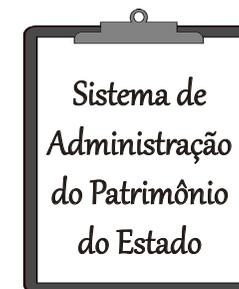
Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, da Lei Federal nº 12.846/13, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.



Institui modelos-padrão de editais de licitação, de termos de contratos e de outros instrumentos complementares no âmbito da administração pública estadual.



Dispõe sobre contratação, execução e fiscalização de Obras Públicas e Serviços de Engenharia no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.



Culminou com a elaboração de Anteprojeto de Lei, sob análise da Secretaria da Casa Civil.



A CAGE administra o SIN-CAGE, ferramenta integrante do Portal de Legislação da Secretaria da Fazenda, utilizada para organização e divulgação de conteúdos e textos, focada principalmente em legislação e jurisprudência. A ferramenta está disponível na internet para toda sociedade e proporciona uma base completa de normativos relacionados ao Controle Interno Estadual.

- + 800 atualizações em 2018;
- Consultas a Instruções Normativas, Circulares, Portarias, Informações e Pareceres da CAGE, além de Leis, Decretos, Constituição Estadual.

Portal de Legislação 3.0

Está em desenvolvimento a nova versão do Portal de Legislação, que trará melhorias como:



Buscas +
precisas



Navegação + fluída
e funcional



Layout moderno
e amigável



Maior agilidade
no download



Plataformas web
e mobile

Manuais e guias

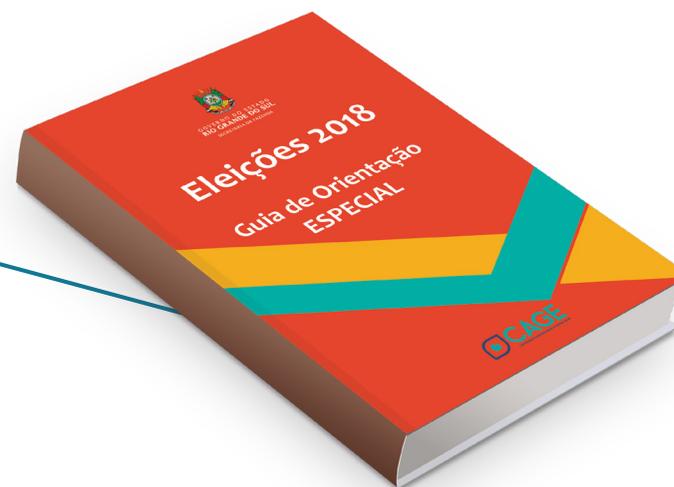


No ano de 2018, foi atualizado o **Manual de Orientação do Gestor Público** que, fundamentado na premissa de maior efetividade do controle interno preventivo, tem o propósito de oferecer a todos os envolvidos na gestão de recursos públicos uma fonte de consulta e orientação, com vistas à apropriada tomada de decisões no trato das finanças públicas, observadas as normas legais vigentes e os princípios aplicáveis à Administração Pública.

[Acesse aqui](#)

Com o propósito de servir como guia de consulta sobre as principais vedações no período que antecede as eleições, a CAGE elaborou o **Guia de Orientação Especial Eleições 2018**. A publicação ressalta as mudanças no calendário a partir da reforma política (em vigor desde outubro de 2017), bem como indica as decisões judiciais para cada vedação.

[Acesse aqui](#)





Em virtude do volume expressivo de recursos que o Estado repassa por meio de transferências voluntárias, da necessidade de estabelecer regras uniformes acerca das matérias e da importância de seu papel de orientação junto aos gestores, a CAGE lançou em 2018 o **Guia de Procedimentos sobre Parcerias** e o **Guia de Procedimentos sobre Convênios**.

[Acesse aqui](#)



A elaboração do **Guia sobre Parcerias** deu-se sob a luz da Lei nº 13.019/14, conhecida como marco regulatório das parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil; do Decreto nº 53.175/16; e da Instrução Normativa CAGE nº 05/16. Já o **Guia sobre Convênios** fundamentou-se na Instrução Normativa CAGE nº 06/16 e da Portaria Interministerial Nº 424/16.

[Acesse aqui](#)

Plantão CASP

Em setembro de 2018, a CAGE, por meio da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC), iniciou o **Plantão CASP**, um projeto que consiste na realização de encontros periódicos para tratar de assuntos específicos da **Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)**.

O público alvo são Auditores e Técnicos da CAGE e contadores de Autarquias e Fundações. Para alguns temas, também são convidados profissionais de áreas como orçamento, folha de pagamento e patrimônio.

Os encontros são práticos e os participantes podem apresentar dúvidas específicas relacionados ao tema, que pode contemplar: contabilidade pública, execução orçamentária, relatórios, módulos do FPE integrados à contabilidade.



3 encontros em 2018

Setembro: Provisão para 13º salário e para férias.

Outubro: Elemento 40 da Despesa – Tecnologia da Informação e Comunicação.

Novembro: Ativo Imobilizado e Intangível.



O sistema **CUSTOS/RS**, gerenciado pela Divisão de Custos e Controles Especiais (DCC) da CAGE, consiste no conjunto de regras e sistemas informatizados que propiciam a correta mensuração, evidência e análise dos gastos públicos a partir das menores unidades consumidoras (centros de custo).

Em 2018 foram emitidos **13 relatórios** de custos relativos ao ano-base 2017, anexados aos processos de tomada de contas dos órgãos e entidades e disponibilizados para os cidadãos no Portal Transparência RS.

Atualmente, **54** órgãos do Poder Executivo, Fundações, Autarquias, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Defensoria Pública alimentam a base de dados do CUSTOS/RS, havendo 3 sistemas integrados a ele: Recursos Humanos do Estado - RHE, Administração do Patrimônio do Estado - APE e Finanças Públicas do Estado - FPE.

Ainda, em 2018, foi iniciada a integração de mais um módulo do FPE ao CUSTOS/RS, o **Diárias e Ajudas de Custos**, que atualmente está em desenvolvimento pela PROCERGS.

- **11 Treinamentos**
- **141 Servidores capacitados**
- **26 Órgãos e Entidades impactados**



Equipe da DCC realizando treinamento do sistema CUSTOS/RS

Prestação de contas



Entrega da Prestação de Contas do exercício de 2017, em 12 de abril de 2018.

A **Prestação de Contas**, comumente chamada de Balanço-Geral do Estado, torna efetiva a obrigação do Governante de demonstrar à sociedade como estão sendo utilizados os recursos públicos provenientes da arrecadação de impostos.

De acordo com o inciso XII do art. 82 da Constituição Estadual, compete ao Governador “prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo”, e cabe à CAGE, como Órgão Constitucional responsável pelo Sistema de Controle Interno do Estado de todos os Poderes, a responsabilidade pela elaboração da Prestação de Contas do Governador.

Contas de Gestão

No dia 27 de abril de 2018, a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado os **34 Relatórios e Pareceres de Tomadas de Contas** dos Administradores da Administração Direta, relativos ao exercício de 2017, abrangendo todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas.



2018 foi o primeiro ano em que a tomada de contas dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ocorreu pelo **sistema de processo eletrônico do Tribunal de Contas (e-TCERS)**. A iniciativa fez parte de um projeto piloto e a intenção é que, a partir do próximo exercício, todos os órgãos e entidades encaminhem a documentação eletronicamente.



O processo de **Contas de Gestão** decorre do dever constitucional de prestar contas a que está submetido todo aquele que utiliza, arrecada, guarda, gerencia ou administra dinheiros, bens e valores públicos. Compete à CAGE o exame e a emissão de parecer sobre o processo de prestação e tomadas de contas e, ao Tribunal de Contas do Estado, seu julgamento.



Controle da Administração Direta



O **orçamento controlado** pela Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), por meio de suas 17 Seccionais, totalizou **mais de R\$ 53 bilhões** em 2018.

Com o objetivo de intensificar o acompanhamento da execução de programas de governo e verificar a adequação da aplicação dos recursos públicos, as Seccionais da CAGE realizaram **70 fiscalizações in loco**, correspondendo a aproximadamente R\$ 63,9 milhões.

+ R\$ 53

Bilhões controlados

70

Fiscalizações in loco

+ 790 mil

Empenhos

34

Órgãos auditados

+ 10 mil

Informações emitidas

8

Relatórios de auditoria publicados no Portal da Transparência RS



52

Auditorias

As **Auditorias** consistem na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das Entidades e dos Órgãos públicos quanto à legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

No ano de 2018, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) realizou **52 auditorias** em diversas estatais, autarquias e fundações.

Controle da Administração Indireta



34

Informações emitidas

As **informações emitidas** pela Seção de Consultoria e Revisão Técnica da DCI atendem a demandas das Entidades da Administração Indireta. Também é comum que sejam expedidas Informações que possam auxiliar o trabalho dos auditores em campo. Dentre as Informações emitidas em 2018, destacam-se as orientações aos gestores do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) quanto ao posicionamento sobre valores devidos ao IPE - Saúde, bem como aos gestores da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. (CADIP) quanto ao exame de contratação de Auditorias Independentes.

A CAGE tem como atribuição legal orientar e fiscalizar os Órgãos e as Entidades da Administração Pública Estadual, portanto tem-se investido, cada vez mais, em **horas de orientação** voltadas ao Gestor Público. A orientação prévia propicia ao gestor informações úteis que auxiliam na correta tomada de decisão.

1.527

Horas de orientação aos gestores públicos da Administração Indireta

Benefícios gerados



A Portaria CAGE nº 68, de 17 de novembro de 2017, instituiu a sistemática de qualificação, quantificação e registro dos benefícios gerados pela atuação da CAGE.

A sistemática tem por objetivo identificar os impactos da atuação do órgão, tornando-os palpáveis e possibilitando análises mais precisas. Em 2018 os maiores ganhos têm relação com suspensões de pagamentos indevidos e redução de valores licitados e contratados.

+R\$ 158

milhões em benefícios efetivos

+R\$ 3,4

milhões em benefícios potenciais

Benefício efetivo: benefício financeiro ou não financeiro decorrente do cumprimento de recomendação da CAGE.

Benefício potencial: benefício financeiro ou não financeiro decorrente de recomendação emitida pela CAGE e cujo cumprimento ainda não foi verificado.

Em 2018 a CAGE lançou o CAGE Gerencial, uma ferramenta que disponibiliza painéis interativos com diversas informações e visualizações gráficas. Os gestores podem aplicar filtros e selecionar informações para montar suas consultas, o que auxilia na tomada de decisões estratégicas.

A ferramenta possui um layout responsivo, o que significa que pode ser acessada também em dispositivos móveis (smartphones e tablets), dando liberdade aos gestores para acessarem informações gerenciais em qualquer lugar.

A primeira versão da ferramenta, apresentada em reunião realizada em julho de 2018, teve como público-alvo o Governador José Ivo Sartori, os Secretários de Estado e dirigentes de Entidades da Administração Indireta. O acesso já foi disponibilizado a cerca de 20 órgãos e Entidades.



Painéis de BI



Ainda, em 2018, a CAGE iniciou o desenvolvimento de **painéis** de Business Intelligence (B.I.) com foco no auxílio as atividades de controle e auditoria exercidas pelo órgão. O objetivo é de aparelhar a CAGE com tecnologias que automatizem rotinas e tornem os trabalhos de controle mais inteligentes, extraíndo dados automaticamente de diversas bases e entregando informações estruturadas aos Auditores. Os primeiros painéis desenvolvidos foram:

Painel Despesas Sem Licitação: mostra despesas lançadas sem licitação, para as quais em tese ela seria exigida. O resultado é utilizado na seleção de processos a serem auditados, com o intuito de monitorar os procedimentos da gestão e a correção das informações.

Painel Variação Despesa e Receita: é utilizado na seleção de processos a serem auditados com base na variação expressiva em um determinado período.

Painel Merenda Escolar: busca dados da base de Prestações de Contas de merenda escolar e identifica inconsistências nas informações e indícios de irregularidades.

Cadastro de Credores



O **Cadastro de Credores** tem como principal finalidade a manutenção de dados de pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviço ou fornecem materiais ao Estado. Além dessa importante finalidade, o cadastro também serve de base para a atribuição de responsabilidades inerentes a alguns perfis no sistema.

Em 2018 o Cadastro de Credores foi migrado do sistema de Administração Financeira do Estado (AFE) para o sistema Finanças Públicas do Estado (FPE), o que envolveu a realização de **treinamento** direcionado a **136 servidores** públicos, oriundos de **58** diferentes **órgãos** da Administração Estadual.

O **Administração do Patrimônio do Estado (APE)**, novo sistema de controle do patrimônio do Estado, pretende controlar todos seus bens móveis e imóveis. O sistema possui gestão compartilhada entre CAGE - responsável pelas integrações com os módulos "Execução Despesa" e "Contabilidade" - e Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) - responsável pelo controle do Patrimônio.

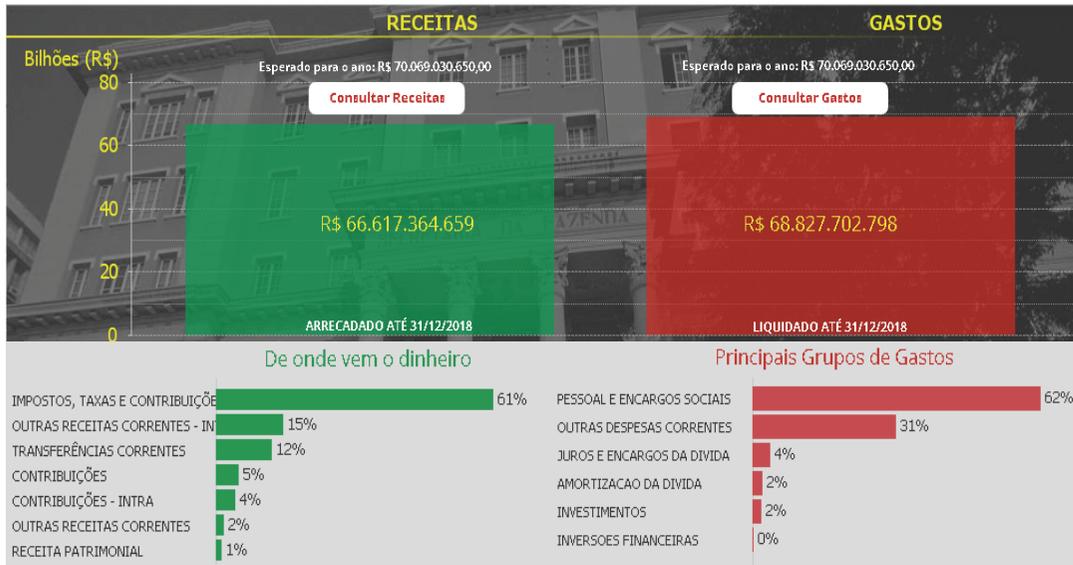
Em 2018, foi realizada a conclusão das migrações do cadastro de bens móveis com a implantação do APE em **33 órgãos e entidades**, inclusive na Assembleia Legislativa do Estado e no Tribunal de Contas do Estado, totalizando, entre bens ativos e inativos, **3.977.892** itens, no valor total de **~2,6 milhões** de reais.

Para 2019, está prevista a entrega da funcionalidade para registro de depreciação, o que visa o atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, e a integração com os sistemas Gestão do Patrimônio do Estado - GPE (bens imóveis) e Cadastro de Frota de Veículos - CFV.



Transparência e Controle Social





3.000 visualizações
por dia

+ 180 mil usuários

O Portal Transparência RS foi criado para atender à crescente demanda da sociedade por informações sobre a gestão pública, além de cumprir com determinações constitucionais e legais.

Uma nova versão do Portal foi disponibilizada em maio de 2018. O projeto teve por objetivo atualizar tecnologicamente a plataforma e aprimorar sua parte gráfica.

Atualmente é possível consultar na íntegra os contratos assinados pelo Poder Executivo.

Além das análises por meio do Portal, são disponibilizados Dados Abertos em formato bruto, que permitem a utilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade.

Pilas R\$



O aplicativo PILAS R\$, lançado em outubro de 2016, foi desenvolvido e disponibilizado para a sociedade em linguagem acessível e com consultas preestabelecidas que foram construídas com base nas buscas mais frequentes realizadas no Portal Transparência RS. Em dezembro de 2018, contava com:

Nota 4/5

163 avaliações na play store



20.196

downloads

Lei de Acesso à Informação



A CAGE possui um gestor local da Lei de Acesso à Informação, responsável por atender **demandas de acesso à informação** realizadas por qualquer interessado por meio do endereço eletrônico <https://www.centraldeinformacao.rs.gov.br/inicial>. No ano de 2018 foram mais de trinta atendimentos relacionados às suas mais diversas competências.

O órgão representa ainda a Secretaria da Fazenda na **Comissão Mista de Reavaliação de Informações** (CMRI), a qual compete decidir, no âmbito da Administração Pública Estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, além de avaliar recursos de interessados que não obtiveram êxito em suas solicitações de informação ao Estado.

+30 demandas atendidas em 2018

7 participações em reuniões da CMRI

O Portal de Convênios e Parcerias RS é uma **ferramenta de gestão** que sistematiza as informações sobre convênios e parcerias celebradas pelo Estado, por meio de suas Secretarias e Entidades, com Municípios e Organizações da Sociedade Civil.

Através do Portal é possível acompanhar a execução dos convênios e parcerias em que o Estado atua como repassador de recursos. Também é através dele que os Editais de Chamamento são divulgados e que as Organizações da Sociedade Civil prestam contas dos recursos recebidos.

O portal possui ainda uma área de acesso livre que permite ao cidadão o acompanhamento detalhado dos convênios e parcerias celebrados pelo Estado.



CONSULTAS ACESSO LIVRE

- Manifestação de Interesse Social (MIS)
- Editais de Chamamento Público
- Parcerias
- Convênios

MAIS SERVIÇOS DE CONSULTA



SERVIÇOS ACESSO LOGADO

- Login Cidadão - Acesso ao Portal
- Manifestação de Interesse Social (MIS)
- Edital de Chamamento Público - Consulta Proposta
- Parcerias - Prestação de Contas
- Denúncias - Central de Informação

MAIS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO



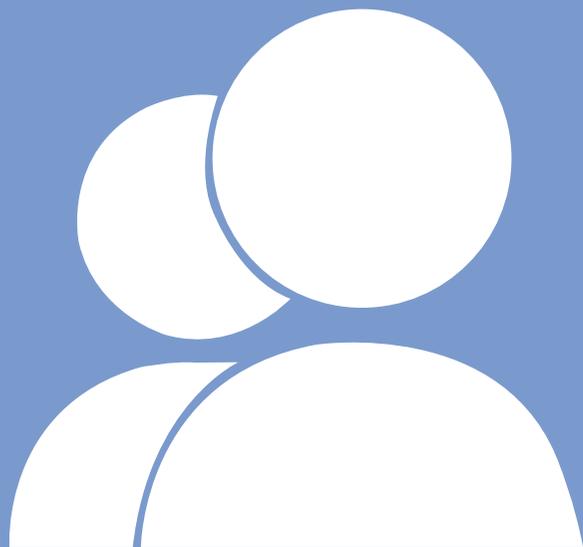
DOCUMENTAÇÃO

- Legislação Parcerias
- Documentação Parcerias
- Legislação Convênios
- Documentação Convênios

MAIS DOCUMENTAÇÃO

42.700 visualizações de página

+ 5.400 usuários



Pessoas



Transparência



Orientação

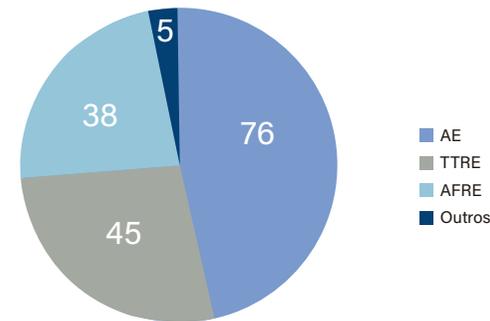


Planejamento

O **quadro de profissionais** da CAGE é formado por **240** colaboradores, entre servidores, cargos em comissão, terceirizados e estagiários.

75% dos profissionais se concentram nas Divisões de Controle das Administrações Direta e Indireta.

Os **servidores** são divididos em 3 cargos principais: Auditores do Estado (AE), Auditores-Fiscais da Receita Estadual (AFRE) e Técnicos-Tributários da Receita Estadual (TTRE).

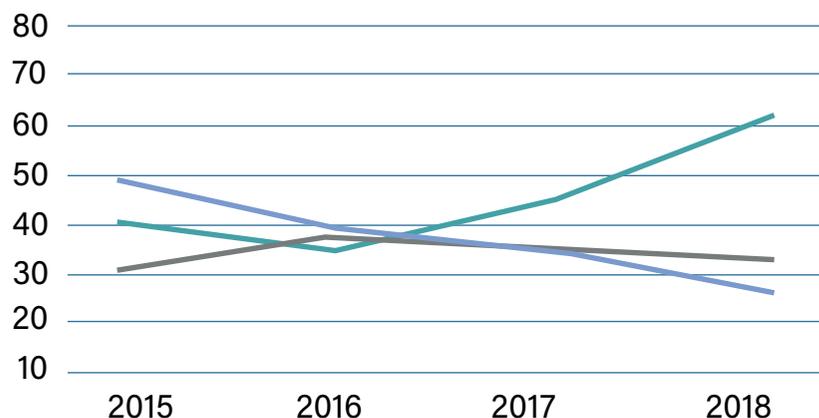


Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Cargos em Comissão	Total	Percentual
Divisão de Controle da Administração Direta	94	35	14	1	144	60%
Divisão de Controle da Administração Indireta	28	7	0	0	35	15%
Divisão de Tecnologia e Projetos	12	5	0	0	17	7%
Divisão de Estudos e Orientação	8	5	2	1	16	7%
Coordenação de Gabinete	8	4	1	0	13	5%
Divisão de Informação e de Normatização Contábil	8	0	1	0	9	4%
Divisão de Custos e Controles Especiais	6	0	0	0	6	3%
Total	164	56	18	2	240	100%

Evolução do quadro



O quadro previsto na Lei Complementar nº 13.451/2010 (Lei Orgânica da CAGE) é de **170 Auditores**. Atualmente, considerando Auditores do Estado (AE) e Auditores-Fiscais da Receita Estadual (AFRE), 33% dos cargos estão vagos. Caso o quadro de Auditores fosse formado somente por AEs, a taxa de vacância aumentaria para 55%.



Cargo	2015	2016	2017	2018
Auditor do Estado	53	47	58	76
Auditor-Fiscal da Receita Estadual	62	52	47	38
Técnico-Tributário da Receita Estadual	43	50	48	45
Total	158	149	153	159



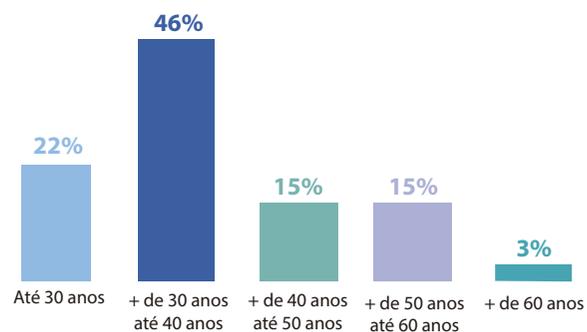
Em 2018 foram nomeados **18 Auditores do Estado**, aprovados no concurso público homologado pelo edital nº 13/2018.

A chegada dos colegas foi vista como um importante passo na estruturação do órgão e na qualificação dos trabalhos de controle interno.

Audidores da CAGE

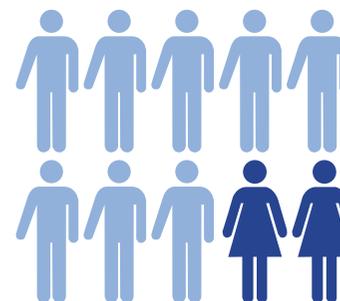


Idade



O perfil dos Auditores da CAGE é relativamente jovem, 68% têm até 40 anos.

Gênero



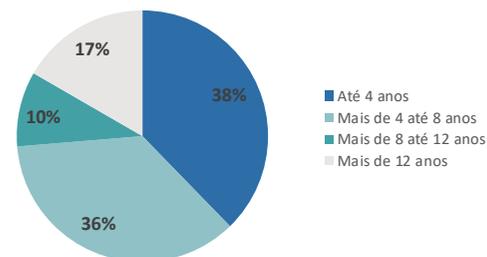
As mulheres são 20% do quadro

Formação *



Quanto a formação superior, a área do conhecimento mais expressiva é a Contabilidade, seguida por Administração.

Tempo na CAGE



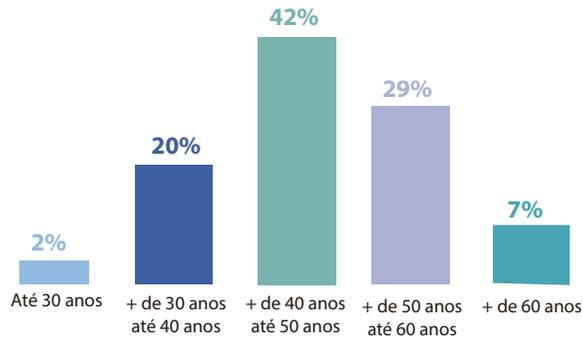
Relativamente ao tempo de trabalho no órgão, 38% está há menos de 4 anos na CAGE.

*Auditores com mais de uma formação são contabilizados em todos os respectivos cursos.

Técnicos da CAGE

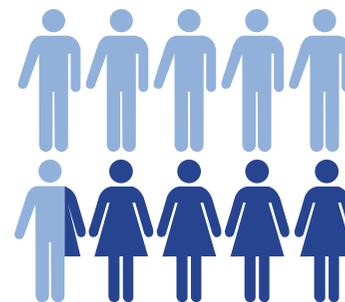


Idade



A média de idade dos Técnicos da CAGE é mais elevada, 71% têm entre 40 e 60 anos.

Gênero



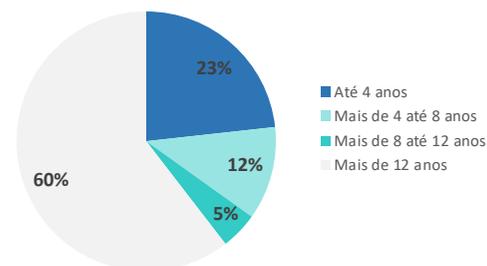
As mulheres são 42% do quadro.

Formação



A formação superior dos Técnicos é mais variada, com destaque para Contabilidade, Administração e Direito.

Tempo na CAGE



A maioria dos Técnicos está há mais de 12 anos na CAGE.

Capacitação

+ 80
cursos

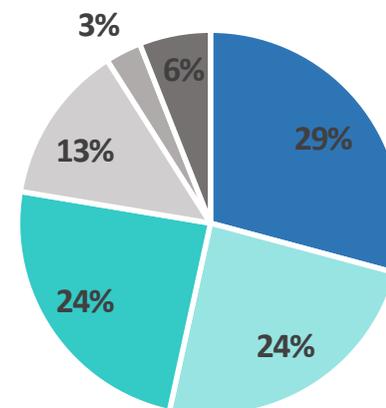
+ 1.200
horas de treinamentos

+ 140
servidores impactados

+ 40
horas de treinamento em média
por servidor

86%
dos servidores recebeu algum
treinamento em 2018

Cursos por área



- Gerencial
- Curso de Formação
- Controle Interno e Auditoria
- TI
- Finanças Públicas e Contabilidade
- Outros



Destaques:

Programa de Desenvolvimento de Gestores

42 servidores

79 horas

O programa foi composto por uma série de módulos com o objetivo de conscientizar os participantes quanto ao impacto de seu estilo de liderança na performance dos servidores e de desenvolver habilidades e atitudes para o exercício da liderança, enfatizando o papel do gestor no aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho e na gestão de pessoas.

Gestão por Competências

58 servidores

101 horas

O programa Gestão por Competências, gerenciado pela Supervisão de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade (SUDESQ), envolveu capacitações em técnicas de *feedback* e sistemas específicos utilizados no projeto. O objetivo geral foi implantar um modelo de Gestão por Competências flexível e dinâmico, com foco no desenvolvimento e na capacitação dos servidores, buscando atender às necessidades estratégicas da Organização.

Curso de Formação para novos Auditores

18 servidores

104 horas

O Curso foi direcionado aos Auditores do Estado empossados em julho de 2018 e teve como propósito fornecer aos novos servidores um panorama do Estado, da Secretaria da Fazenda e mais especificamente da CAGE, propiciando maior integração e produtividade na fase inicial de suas carreiras.



Presidência do CONACI

O Contador e Auditor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Álvaro Fakredin, assumiu, em abril de 2018, a presidência do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) com a missão de trabalhar pelo fortalecimento do controle interno brasileiro.

Qual a função do CONACI?

O CONACI promove a integração dos órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, o Estado e o país. Atua por meio do intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, exercendo um papel mobilizador fundamental para a construção de uma gestão pública mais eficiente e assertiva, criando e promovendo sistemas de controle.



Em 2018 ocorreram quatro Reuniões Técnicas do CONACI. Nesses encontros, representantes de órgãos de controle interno de Estados e Municípios de todo o Brasil trocam experiências e informações, contribuindo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle aplicados no país. É um espaço para discussão de questões administrativas e para o estabelecimento de novas iniciativas na área.



26ª RTC em Recife/PE



27ª RTC em Belo Horizonte/MG



28ª RTC em Macapá/AP



29ª RTC em Campo Grande / MS

O Contador e Auditor-Geral do Estado Álvaro Fakredin participou ainda, como representante do CONACI, de três missões internacionais - Bélgica, Armênia e Geórgia - do Public Expenditure Management Peer-Assisted Learning, Internal Audit Community of Practice (Pempal IACOP), organizadas pelo Banco Mundial. A experiência permitiu o conhecimento de práticas inovadoras de governança e gestão pública, auditoria e controle interno, transparência e combate à corrupção.



Bélgica, março de 2018



Armênia, junho de 2018



Geórgia, novembro de 2018

70 anos da CAGE

No dia 28 de dezembro de 2018, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado completou 70 anos. Mas a lembrança da data não ficou reservada apenas para este dia. Desde maio, as sete décadas de atuação da CAGE vem sendo lembradas através do nosso informativo mensal, que trouxe o contexto histórico, desde a sua criação, e em todas as décadas seguintes, até chegar aos dias de hoje. Lembramos dos grandes acontecimentos históricos no estado, no país e no mundo. Das mudanças na política e nos costumes. E das alterações na legislação que impactaram na atuação da CAGE.

No início de novembro, recebemos a visita do Ministro da Transparência e Controlador-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, em uma palestra na Sede da Associação Comercial de Porto Alegre.

No dia 19, a Câmara Municipal de Porto Alegre foi sede do evento “Abraçando o Controle Social”, promovido em parceria com os Conselhos Federal e Regional de Contabilidade, com a Atricon (que reúne os representantes dos Tribunais de Contas do país) e pelos Observatórios Sociais do Brasil para debater e valorizar o controle interno e o controle social.





No final de novembro, a CAGE realizou sua tradicional confraternização de final de ano, com torneio de futebol e um animado almoço na sede da Afocefe, em Ipanema. O mês de dezembro, como não poderia deixar de ser, concentrou a maior parte da programação comemorativa.



No dia 19, foi lançado, no Memorial do Rio Grande do Sul, a peça filatélica na qual os correios homenageiam a CAGE e que se manteve estampada nas correspondências postadas na agência central até o dia 28 de dezembro de 2018.



E para encerrar com chave de ouro, nesta mesma data, foi descerrada, no corredor do 4º andar, a placa comemorativa ao septuagésimo aniversário da CAGE. Na ocasião, foi lançado oficialmente o vídeo/documentário alusivo à data, com entrevistas dos últimos contadores gerais: Álvaro Fakredin, Vera Rejane Goulart Gonçalves, Pedro Gabriel Kenne da Silva, Luiz Paulo Freitas Pinto e Roberval da Silveira Marques.



Futuro

No ano em que celebra o seu 70º aniversário, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) projeta o seu futuro. Queremos continuar sendo o que nós consolidamos ao longo dos anos: uma referência para o país, tanto no que diz respeito à seriedade, quanto à qualificação. E não é possível olhar para esse futuro sem imaginar um controle extremamente tecnológico, que com o passar do tempo se torne praticamente imperceptível para as pessoas. Que use tecnologia e inteligência artificial, na área de controle. Que seja um controle cada vez mais presente na vida do cidadão e que, sobretudo, ajude a construir uma sociedade muito melhor do que ela se apresenta.

Queremos que seja um controle proativo, um controle para a melhoria da prestação de serviço às pessoas, da qualidade de vida, melhoria da cidadania do nosso Estado do Rio Grande do Sul. O controle interno tem um papel fundamental, papel de protagonismo e de excelência, pela sua capacidade, pela sua inteligência, pela forma como os nossos auditores se organizam e estudam e se qualificam permanentemente. Essa semente que a gente planta hoje, de qualificação de gestão, de buscar sempre o auxílio de tecnologia, de buscar parcerias com outros organismos de controle, no futuro ela virá a crescer, florescer e frutificar, do ponto de vista de melhor prestação de serviço à sociedade, melhor controle das coisas públicas e, conseqüentemente, melhor eficiência do estado brasileiro e gaúcho.

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,
Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado.





Av. Mauá, 1155 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS
(51) 3214-5200 / cage@sefaz.rs.gov.br - CEP: 90030-080